



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NATHALIA DE MIRANDA RAMOS HERCULANO

**O DEBATE ACERCA DO POSSÍVEL PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO
NO BRASIL**

**JOÃO PESSOA - PB
2015**

NATHALIA DE MIRANDA RAMOS HERCULANO

**O DEBATE ACERCA DO POSSÍVEL PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO
NO BRASIL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Economia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: MSc. Ademário Félix de Araújo Filho.

**JOÃO PESSOA - PB
2015**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N274d Nathalia de Miranda Ramos Herculano.
O DEBATE ACERCA DO POSSÍVEL PROCESSO DE
DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL / Nathalia de Miranda r
Herculano. - João Pessoa, 2016.
43 f.

Orientação: Ademário Filho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Desindustrialização Precoce. 2. Políticas
Econômicas. 3. Desenvolvimento. I. Filho, Ademário. II.
Título.

UFPB/CCSA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos à graduação de Monografia do Curso em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a Monografia da aluna NATHALIA DE MIRANDA RAMOS HERCULANO, identificada pelo número da matrícula 10826312, intitulada **“O Debate Acerca do Possível Processo de Desindustrialização no Brasil”** composta pelos seguintes professores Prof.º MSc. Ademário Félix de Araújo Filho (Professor Orientador), Prof.ª MSc. Juliana Patrício Alves Pereira e Prof.º Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho. Tal fato ocorreu no dia ____de____ de 2016, às____ horas, no período letivo de 2015.2.

A monografia foi _____ pela banca examinadora e obteve nota (____), (_____).

Reformulações sugeridas: Sim (), Não ().

Atenciosamente:

Prof.º MSc. Ademário Félix de Araújo Filho
Orientador (a)

Prof.ª MSc. Juliana Patrícia Alves Pereira
Examinador (a)

Prof.º Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
Examinador (a)

Cientes:

Prof.º MSc. Ademário Félix de Araújo Filho
Orientador (a)

Prof.º Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo (Coordenador da Graduação)

Prof.º Dr. Sinézio Fernandes Maia (Chefe do Departamento de Economia)

Nathalia de Miranda Ramos Herculano (Aluna)

Aos meus pais, Aníbal H. Neto e Ivaneide de M. R. Herculano.
Ao meu querido e amado irmão, Felipe Herculano.
Ao namorado Diogo Phillip Nunes.
Aos meus amigos, em especial a Valentina Alessandra, Thaísa Mara e
Elmo Couras.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades durante esta longa caminhada.

Aos meus amados pais (Aníbal e Ivaneide), e meu irmão (Felipe) que, com muito carinho, incentivo e apoio incondicional, não mediram esforços para que eu chegasse a mais uma conquista em minha vida, eles são a minha base.

Aos meus familiares (Tios, Tias, Primos, Avós), que apesar do pouco conhecimento na área, sempre colaboraram com minha formação acadêmica e moral. Sempre me fizeram sentir importante e privilegiada em todos os campos da minha vida.

Ao meu amado namorado, Diogo, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade e marcando presença sempre nos momentos decisivos.

Aos meus amigos, principalmente a Tina, Thaísa e Elmo, que acompanharam a minha jornada acadêmica sempre me ajudando e motivando.

A todos os professores do curso por me proporcionar o conhecimento racional, em especial ao meu orientador Prof.º MSc. Ademário Félix de Araújo Filho, que além de toda a didática lecionada em salas de aula, soube, através de sua experiência e sua forma bem humorada, incentivar e aconselhar sobre as lições da vida provocando reflexões em busca de tomar decisões sábias ao longo dela.

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso agradeço a todos de coração.

RESUMO

O presente trabalho intitulado o “Debate acerca do possível processo de desindustrialização no Brasil” trata-se de um levantamento bibliográfico acerca da discussão referente à possibilidade de o Brasil está vivendo um processo de desindustrialização precoce. Nesse contexto, enquanto alguns economistas defendem a tese de que o país se encontra passando por uma “nova doença holandesa”, outros afirmam que essa conclusão ainda é muito prematura. Inicialmente, a análise consistirá em explorar o conceito, as possíveis causas e consequências do processo de desindustrialização sobre o crescimento de longo prazo das economias capitalistas, com base na literatura existente sobre o tema. Posteriormente, será estudado o caso brasileiro, apresentando-se referências bibliográficas e evidências empíricas a respeito da ocorrência da desindustrialização na economia brasileira. Por fim, serão analisados e discutidos os conceitos de desindustrialização precoce e “nova doença holandesa”. O interesse pela temática advém do fato de que é inegável que a desindustrialização reduz o potencial de crescimento econômico de longo prazo, o que interfere no desenvolvimento do país. Dessa forma, tal discussão é de extrema importância para um melhor entendimento das dificuldades a serem enfrentadas durante esse processo e para a formulação de políticas econômicas e sociais.

Palavras-chave: Desindustrialização precoce. Políticas econômicas. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This monograph titled "Debate about the possible de-industrialization process in Brazil" it is a literature about the discussion regarding the possibility of Brazil is living an early process of deindustrialization. In this context, while some economists argue the thesis that the country is going through a new "Dutch disease", others claim that this conclusion is still very premature. Initially, the analysis will be to explore the concept, the possible causes and consequences of deindustrialization process on long-term growth of capitalist economies, based on the existing literature on the subject. Later, the Brazilian case will be studied, presenting references and empirical evidence of the occurrence of deindustrialization in the Brazilian economy. Finally, they will be analyzed and discussed the early deindustrialization concepts and new "Dutch disease". The interest in the subject stems from the fact that it is undeniable that deindustrialisation reduces the potential for long-term economic growth, which interferes with the development of the country. Thus, this discussion is of utmost importance for a better understanding of the difficulties to be faced during this process and for formulating economic and social policies.

Keywords: Early deindustrialization. Economic. Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	9
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 objetivo geral.....	11
1.2.2 objetivos específicos	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 INDÚSTRIA	13
2.2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO PELA TEORIA ECONÔMICA	14
2.2.1 desindustrialização positiva X desindustrialização negativa	15
2.2.2 das causas do processo de desindustrialização.....	17
2.2.3 as consequências da desindustrialização	21
2.2.4 desindustrialização precoce e a doença holandesa.....	24
2.2.5 o conceito clássico de doença holandesa.....	25
2.2.6 um novo conceito de doença holandesa	28
3 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA É PRECOCE?	29
3.1 AVALIANDO A EXISTÊNCIA DA DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL	32
4 CONCLUSÕES.....	35
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Diante de imprecisão em relação ao momento presente, e expectativas quanto ao futuro da industrialização no Brasil, muitos economistas e estudiosos da área passaram a realizar, principalmente na década de 2000, constantes debates acerca do processo de desindustrialização da economia do país. Essa discussão provocou divergências em relação aos fatores que impulsionaram uma tendência ao declínio substancial do setor industrial na economia brasileira.

É notório que a indústria de transformação brasileira vem enfrentando dificuldades significativas nos últimos anos, apresentando um desempenho insatisfatório, acompanhado de baixos níveis de crescimento na produção industrial e constantes déficits em sua balança comercial. Este cenário vem preocupando os formuladores de políticas econômicas e especialistas desse setor tão relevante.

Segundo dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), houve uma queda substancial da indústria brasileira ao longo dos anos. Pôde-se constatar que, em 1985, a indústria de transformação correspondia a 36% do Produto Interno Bruto – PIB, e em 2011, respondia por menos de 15% do PIB do País. Isto decorre do fato de que a participação que a indústria tem no PIB vem perdendo forças e abrindo espaço para o aumento dos serviços.

Contrariando os dados do IBGE, mas ainda no contexto de uma queda substancial, há estudos que demonstram que a indústria no Brasil vem diminuindo sua participação no PIB desde meados de 1970, ou seja, muito antes do início do atual debate sobre a desindustrialização. Tal constatação decorre de que as séries de valor adicionado (VA) na indústria e no PIB foram objeto de mudanças metodológicas ao longo do tempo (BONELLI, PESSOA, MATOS 2010, p.50).

A indústria de transformação – ou manufatura - é o agregado econômico com potencial a impulsionar o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Isso decorre da capacidade da manufatura em erguer o crescimento de vários setores ao demandar bens e serviços produzidos por eles. Esse importante setor é o local onde se expandem as atividades de invenção, inovação e tecnologia, convergindo assim, para o progresso técnico.

Devido às suas características intrínsecas, o setor manufatureiro tem se destacado quando o assunto é crescimento econômico. A preocupação com o desempenho do setor industrial quanto à sua participação na formação do PIB, na composição dos investimentos, no emprego da economia, no comércio internacional, entre outros, tornou-se cerne de estudos

e pesquisas. O intuito é buscar formas que possibilitem a promoção do desenvolvimento econômico de modo a beneficiar a população, ou seja, aliado ao desenvolvimento social.

Nesse contexto, a formação do setor industrial no Brasil está intimamente ligada a um país de industrialização tardia, concentrando-se entre os anos de 1930 a 1980, a indústria de transformação liderou o crescimento econômico agregado nesse período. Essa ligação deveu-se ao momento histórico que teve forte dependência tecnológica das nações desenvolvidas e as políticas econômicas adotadas como o Plano de Metas de JK e o Plano Nacional de Desenvolvimento dos anos de 1970, medidas estas, impostas a superar os estrangulamentos industriais no país.

Contudo, nas últimas três décadas, a economia brasileira e a indústria de transformação, especificamente, apresentaram níveis baixos de crescimento. Essa queda coincidiu com a instabilidade macroeconômica e com as várias tentativas frustradas de controlar a inflação no período entre 1980 a 1990, assim como com a implantação de uma agenda agressiva de reformas econômicas - abertura comercial e financeira, privatizações, desregulamentações, entre outros - de cunho liberal. Nesse contexto, a instabilidade pairava e significativas mudanças estruturais fizeram com que a indústria de transformação iniciasse um processo de redução da sua participação na formação do PIB até 1998. Essa propensão à queda foi interrompida entre 1999 a 2004, quando a manufatura recuperou uma pequena parte da participação cedida. (PINSKY (org), 2001, p.27).

O debate referente à ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil foi iniciado na década de 1990, em virtude do baixo crescimento econômico após a abertura da economia brasileira. Porém, é na década seguinte que os estudos são aprofundados.

Alguns economistas propõem que o processo de desindustrialização vivenciado pela economia brasileira é reflexo justamente das políticas liberais adotadas no início dos anos de 1990, dos quais resultaram na abertura comercial e financeira, apreciação cambial e valorização dos termos de troca com a redução das tarifas de importações. Essa tríade, além de ter limitado sua capacidade de crescimento, teria acarretado não só uma perda relativa do setor industrial, mas também uma especialização da produção em setores agroindustriais e de extração mineral.

Outros economistas, no entanto, defendem que a indústria brasileira não apenas se reestruturou, em resposta à competição internacional, mas também se modernizou e se fortaleceu, sendo excluídas do mercado apenas as empresas ineficientes, que operavam no país graças à proteção comercial. (TORRES, RICARDO LOBATO; CAVALIERI, HENRIQUE, 2015, p.16).

Fato é que como consequência dessas políticas, novas oportunidades e ganhos surgiram, ampliando a escala de produção para bens exportáveis e facilitando a aquisição de investimentos, permitindo, portanto, o estímulo à concorrência e desestímulo a produção local.

Com a manutenção da tríade nos anos 2000, observou-se que setores baseados em recursos naturais mantiveram-se competitivos no mercado internacional, justificado pela vantagem comparativa do Brasil em relação ao resto do mundo no ramo das *commodities*, dada a abundância desses recursos.

Por um lado, houve o avanço da demanda e dos preços internacionais de *commodities*, mas por outro, o setor manufatureiro foi gradualmente perdendo força. Ou seja, o resultado foi, portanto, uma reprimarização da pauta de exportações brasileiras, acompanhado de sucessivos superávits na balança comercial dos produtos básicos, contra sucessivos déficits na balança comercial dos manufaturados.

Esse cenário trouxe um novo ensejo às discussões relacionadas à perda de competitividade da indústria nacional, resultando em um amplo debate sobre desindustrialização. Tal debate é travado por economistas das mais diferentes vertentes teóricas, os quais lançam mão de diversos indicadores econômicos para tentar caracterizar as alterações sofridas pela indústria brasileira.

O interesse pela temática advém do fato de que é inegável que a desindustrialização reduz o potencial de crescimento econômico de longo prazo. Portanto, pretende-se verificar a possibilidade de estar em curso (ou perdurar) um processo de desindustrialização no Brasil, o que é de extrema importância para um melhor entendimento das dificuldades a serem enfrentadas durante esse processo e para a formulação de políticas econômicas e sociais.

Nessa conjuntura, o objetivo do presente trabalho é figurar como mais uma fonte de pesquisa da debatida ocorrência (ou não) do processo de desindustrialização do Brasil.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 objetivo geral

Verificar o possível processo de desindustrialização no Brasil, através de um levantamento bibliográfico, procurando identificar as possíveis causas da existência desse processo.

1.2.2 objetivos específicos

- Organizar as definições referentes à indústria;
- Identificar de que forma se manifesta a desindustrialização no caso brasileiro, isto é, por meio de quais variáveis foi possível constatar a sua existência;
- Apontar as causas mais significativas da desindustrialização;
- Identificar o tipo de desindustrialização que se configura no país (precoce ou natural), bem como suas consequências para a economia brasileira. Em suma, procura-se estabelecer os contornos desse processo no país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INDÚSTRIA

Na literatura econômica Pindyck e Rubinfeld (1994) definem a indústria como sendo um conjunto de empresas que vende o mesmo produto ou produtos correlatados. Para Marshall (1985), a indústria é constituída por um conjunto de firmas que fabricam produtos idênticos ou semelhantes no que se refere a sua formação física ou da mesma composição de matéria-prima, de maneira que possibilita um tratamento analítico conjunto.

A atividade industrial é a mais dinâmica da economia, pois agrega mais valor no produto total, e uma das explicações está no sentido de que o setor secundário proporciona um nível mais elevado de encadeamentos produtivos *forward* (para frente) e *backward* (para trás) em relação à agropecuária e ao setor de serviços, de acordo com Hirschman (1958), apud Nakabashi et al, 2010.

Nesse sentido, além de potencializar os níveis de produção, o setor secundário pode proporcionar ganhos de produtividade maiores que os demais setores da economia. Um dos motivos para que isso ocorra é o fato de a indústria ser um dos principais indutores no processo de inovação e geração de tecnologia, o que se permite que se elevem a produtividade e a renda real. A utilização da tecnologia possibilita criar novos produtos com maior valor agregado, além disso, promove processos produtivos mais eficientes.

Nesse contexto, a indústria tem um papel fundamental para o crescimento da economia, sendo motivo de constantes preocupações no que se refere ao fenômeno da desindustrialização. Essa preocupação se remete a importância do setor industrial para o crescimento econômico de um país, valendo ressaltar que o debate envolvendo questões industriais data da Primeira Revolução Industrial, onde os estudos acerca do crescimento e desenvolvimento econômico passaram a ter a indústria como peça chave. (CHANG, 2004).

Nesse ínterim Bonelli, Pessoa e Matos (2010, p .45), explicam:

O debate sobre desindustrialização do Brasil não é novo. Ela teve início em seguida a abertura comercial no começo dos anos 1990 e foi revisitado diversas vezes posteriormente. Mas o medíocre desempenho da indústria de transformação a partir de meados de 2011 provocou uma nova onda de análises, assim como uma nova rodada de políticas econômicas de apoio ao setor. Entre essas, a de estímulo ao crédito, desonerações tributárias e mudanças no mercado de câmbio.

Destaque-se que de acordo com a Classificação de Atividades Econômicas (CNAE), o setor industrial pode ser dividido em quatro subsectores: indústria de extração, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção. (CHANG, 2004).

Neste trabalho, entende-se por Indústria, a produção de manufaturas (indústria de transformação), por se tratar de um subsetor industrial relevante nas investigações sobre o processo de desindustrialização, e, portanto, possibilitar alcance do objetivo proposto pelo trabalho.

2.2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO PELA TEORIA ECONÔMICA

De acordo com Oreiro e Feijó (2010), o conceito clássico de desindustrialização foi trazido por Rowthorn e Wells (1987) em um trabalho sobre a deterioração em termos de emprego da indústria do Reino Unido. Estes autores definiram o processo de desindustrialização como uma redução constante da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Essa definição remete ao fato de que a desindustrialização trata-se de uma medida relativa.

Segundo os autores em referência, na dinâmica do desenvolvimento, esta pode ocorrer como um fenômeno natural, pois à medida que um país persevera no processo de industrialização ocorre uma queda nos preços relativos dos produtos industrializados, acarretando, por outra via, o aumento na produtividade do setor manufatureiro, o que gera a realocação da mão de obra para o setor de serviços.

Tal fato decorre, principalmente, da automação da produção com máquinas e equipamentos, do progresso tecnológico e dos ganhos crescentes de escala. Já o setor de serviços é, por natureza, intensivo em recursos humanos, e, portanto, menos produtivo, passando a absorver uma parcela cada vez maior da população economicamente ativa. Em síntese, o crescimento da produtividade na indústria é maior do que nos serviços, portanto a necessidade relativa de emprego de mão de obra é maior no segundo do que no primeiro.

Ou seja, como o crescimento da produtividade é maior na indústria, ocorre uma mudança nos preços relativos, tornando os produtos industriais mais baratos e liberando renda para o consumo de serviços.

A justificativa para que a redução de preços dos produtos industriais não seja plenamente compensada com o aumento do consumo de tais mercadorias é que em países com elevado nível de renda per capita, a elasticidade-renda da demanda por produtos industrializados se reduz, o que leva a uma redução relativa da demanda por produtos industrializados. Países com renda baixa tendem a manter maior participação relativa dos setores primários na oferta da economia e, à medida que o país atinge níveis de renda maiores, essa participação é transferida para o setor industrial e de serviços em estágio mais avançado.

Assim, no agregado, o valor adicionado na indústria reduz participação relativa enquanto nos serviços aumenta. Pode-se definir, portanto, que esse é um processo “natural” de desindustrialização, visto que ocorre à medida que a renda per capita de um país aumenta.

Detendo-se especificamente no Brasil, a preocupação é que a desindustrialização não seja consequência desse processo “natural”, tendo em vista que o país ainda não obteve um nível de renda per capita equivalente ao dos países desenvolvidos. Nesse ínterim, se deduz que uma redução “precocce” da participação relativa da indústria denota um obstáculo para o desenvolvimento econômico.

Tal preocupação advém do entendimento de que a indústria é um setor dinamizador do crescimento econômico de longo prazo, devido aos seguintes fatores: capacidade de gerar efeitos de encadeamento do produto e do investimento; maior geração e difusão do progresso tecnológico que pode aumentar a produtividade da própria indústria e de outros setores de atividade; economias de escalas estáticas e dinâmicas; maior elasticidade-renda da demanda por seus produtos, aliviando a restrição externa do país exportador de manufaturados (FERRAZ, KUPFER, IOOTY, 2004; OREIRO, FEIJÓ, 2010).

2.2.1 desindustrialização positiva X desindustrialização negativa

O conceito “clássico” de desindustrialização foi questionado por Tregenna (2009), pois não considerava o lado da produção. Assim, o autor em referência procurou redefinir esse conceito de forma mais ampla, com base na importância do setor industrial como um motor do crescimento econômico. Segundo a autora, a desindustrialização seria uma situação na qual o emprego industrial e o valor adicionado da indústria diminuem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. (Esse conceito é conhecido como conceito “ampliado” de desindustrialização).

A partir desse conceito, pode-se analisar se o aumento da produção industrial (produção física) se coaduna com a diminuição na participação da indústria no valor adicionado total da economia. A título de exemplo, isso pode acontecer se houver mudança nos preços relativos dos produtos industriais perante os produtos de outros setores. E, da mesma forma que o emprego, o valor adicionado pela indústria pode ascender a uma taxa menor quando em comparação com outros setores da economia, tendo como consequência a redução da sua participação relativa.

A questão de definir a desindustrialização em termos da participação do emprego industrial no emprego total, ou também em termos da participação do valor adicionado da

indústria no PIB total é importante não apenas conceitualmente, mas para a política econômica também. Isso tem implicações para os países decidirem se devem se preocupar primordialmente com a queda da participação do emprego industrial, ou com a queda da participação industrial no produto interno bruto (PIB), ou com ambos, e qual dessas dimensões do declínio da indústria pode amortizar o crescimento em longo prazo.

Ainda sobre a presente questão, a literatura econômica distingue alguns aspectos referentes à discussão acerca dos tipos de desindustrialização: positiva ou negativa. Tal discussão foi introduzida por Rowthorn e Wells (1987). Para esses autores, desindustrialização positiva é considerada como o resultado normal do crescimento econômico com pleno emprego de uma economia já muito desenvolvida e que ocorre porque o crescimento da produtividade no setor manufatureiro é tão rápido que, apesar do aumento da produção, o emprego neste setor é reduzido (em termos absolutos ou como uma porcentagem do emprego total). Neste caso, não ocorre um aumento do desemprego, pois o trabalhador deslocado do setor manufatureiro encontra emprego no setor de serviços. Este conceito de desindustrialização positiva já havia sido percebido por Clark (1957):

[...] na formulação pioneira de Clark (1957), países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primários no PIB, mas à medida que alcançam níveis médios de renda *per capita* essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda *per capita*, a perda de participação do emprego industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços (NASSIF, 2008, p. 75).

No que se refere à desindustrialização “negativa”, Rowthorn e Wells (1987) argumentam que esta seria um produto do fracasso econômico e ocorre quando a indústria está em graves dificuldades. Não ocorre absorção da mão de obra do setor manufatureiro pelo setor de serviços e verifica-se um aumento do desemprego. Neste caso, a desindustrialização é o resultado de um fenômeno estrutural patológico de desequilíbrio na economia que impede que um país atinja o seu nível potencial de crescimento, ou o pleno emprego dos recursos. Ela se manifesta do mau desempenho do setor manufatureiro e é acompanhado por uma desaceleração na produção industrial e da produtividade, o que leva a um declínio da competitividade. Assim, enquanto a desindustrialização positiva está associada com aumento da renda real e com pleno emprego, a desindustrialização negativa associa-se à estagnação da renda real e aumento do desemprego.

Tanto a desindustrialização negativa como positiva, são possíveis determinantes do processo de desindustrialização de um país, dessa forma, abordagens a respeito desses fenômenos serão vistas no decorrer do presente trabalho.

2.2.2 das causas do processo de desindustrialização

No que se refere às causas do processo de desindustrialização, Rowthorn e Ramaswamy (1999) argumentam que a desindustrialização pode ser causada por fatores internos que compõem as economias das nações. Isto é, pelo efeito combinado da interação entre o aumento no padrão da demanda de manufaturados e serviços, o rápido crescimento da produtividade do trabalho na indústria, quando comparados com o setor de serviços, e pela queda dos preços dos manufaturados, dado o aumento de produtividade.

De acordo com os autores supracitados, essa diferença entre o crescimento da produtividade do trabalho na indústria e no setor de serviços acarreta um declínio da participação do emprego industrial antes do processo de queda da participação da indústria no valor adicionado. Esse processo é observado conjuntamente com uma queda da participação da indústria no PIB e um aumento da participação dos serviços, a partir de certo nível de renda *per capita*. (Vale ressaltar que as conclusões atribuídas pelos autores referem-se às economias desenvolvidas).

Desta forma, os fatores internos sugerem que a desindustrialização das economias desenvolvidas não se apresenta como um fenômeno indesejável, mas como uma etapa “natural” de suas trajetórias de desenvolvimento econômico, tal fenômeno é conhecido como processo de desindustrialização “natural” ou positiva.

Ainda conforme Rowthorn e Ramaswamy (1999) há dois fatores que estimulam o processo “natural” de desindustrialização. O primeiro diz respeito à oferta, ou seja, quando há um maior crescimento da produtividade do trabalho do que do setor de serviços. Já o segundo está relacionado à demanda, referindo-se a mudança na relação entre a elasticidade-renda da demanda por manufaturados e serviços.

Importante ainda ressaltar que alguns fatores externos são indutores da desindustrialização, tais fatores estão relacionados ao grau de integração comercial e produtiva da economia, ou seja, com o grau alcançado pelo processo de “globalização”. .

Em consonância com o exposto, Saeger (1997) fez uma análise da integração global, objetivando verificar se esta impactou negativamente os trabalhadores dos Estados Unidos e da Europa, no final da década de 1980 e começo da década de 1990. Ou seja, o enfoque era a

relação entre a crescente integração Norte-Sul na economia global e a desindustrialização em economias desenvolvidas. O autor afirmou que a expansão do comércio e outras ligações com os “países do Sul” foram responsáveis por mudanças estruturais nos países do Norte, incluindo a contração do emprego industrial e mudanças estruturais significativas.

O referido autor constatou que há uma forte relação entre a participação do emprego na indústria e o PIB per capita. Dotações relativas de capital humano e de recursos naturais são estatisticamente relevantes para determinar a participação da indústria no emprego. Dotações de capital humano são negativamente relacionadas com a quota do emprego industrial, pois os países que são relativamente abundantes em trabalhadores qualificados tendem a ter maiores setores de serviço. Economias que são relativamente ricas em recursos naturais tendem, também, a ter menores participações da indústria no emprego. Dessa forma, o estudo traz evidências empíricas da correlação existente entre o aumento das importações do Sul e a desindustrialização, pois se verifica que as importações do Sul consistem em um fator significativo da participação da indústria no emprego e no valor adicionado dos países do norte.

De acordo com Bonelli, Pessoa e Matos (2013, p.52), em 1995 houve uma mudança estrutural no interior da indústria (quando se iniciou uma fase de perda quase contínua de peso da indústria, com exceção de 2004 - 2005), entretanto, o desempenho das diversas atividades que compõem esse setor não foi uniforme ao longo do tempo, tendo variado em função da demanda, da concorrência dos importados e do comportamento macroeconômico.

Nesse cenário, existem atividades industriais que permaneceram participativas, quais sejam: a indústria de produtos farmacêuticos; de máquinas e equipamentos; de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e a de outros equipamentos de transportes (incluindo aeronaves), esta última teve o maior ganho proporcional. Em contrapartida, as indústrias de vestuário e acessórios, de couros e artefatos (incluindo calçados), de produtos de madeira, de produtos químicos, de borracha e material plástico e de produtos de metal (inclusive máquinas e equipamentos), diminuíram muito sua participação. (BONELLI, PESSOA, MATOS, 2013, p.53).

Faz-se relevante ressaltar que a desindustrialização ainda pode ser causada por fatores que não são inerentes ao próprio desenvolvimento econômico de um país. Nos anos mais recentes, várias economias emergentes (“países de renda média”), principalmente os países latino-americanos, têm vivenciado uma perda na participação da indústria em termos das escalas setoriais do emprego e do valor adicionado. As causas desse fenômeno, no entanto, diferem muito daquelas que caracterizam o processo de desenvolvimento nas economias avançadas

por acarretar um desequilíbrio estrutural que impede uma determinada economia de alcançar seu crescimento potencial ou empregar a totalidade de seus recursos produtivos. Essas causas podem vir associadas a uma reprimarização da pauta de exportações e às falhas de mercado como a “doença holandesa”.

Trata-se da abordagem referente à desindustrialização “prematura” ou negativa, isto é, processo de desindustrialização decorrente de um fenômeno patológico, que de acordo com Alderson (1999), é constituído por um desequilíbrio estrutural que impossibilita certa economia de atingir seu crescimento potencial ou empregar a totalidade de seus recursos produtivos. Para esse autor, a “doença holandesa”, elevados custos do trabalho, baixa qualidade dos produtos e a falha ou incapacidade das empresas para responderem às mudanças do mercado são as principais causas que apontam para a desindustrialização “prematura”.

Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2010) a descoberta de um determinado recurso natural escasso como, por exemplo, o petróleo, faria com que o país promovesse uma transferência de recursos de outras atividades para a sua extração e exportação. Como consequência da exportação dessa *commodity*, surgiria uma tendência de apreciação cambial que poderia impactar negativamente a competitividade do setor industrial, provocando, assim, o que os autores classificaram como desindustrialização prematura. Esta tendência está ligada ao processo de desindustrialização precoce e recebe uma denotação “negativa”, por desencadear em uma etapa precoce do desenvolvimento econômico, na qual ainda não foram alcançados níveis de renda *per capita* semelhantes aos dos países desenvolvidos, estes passaram por esse processo, justificando a perda de participação da indústria no PIB e no emprego. Dessa forma, a desindustrialização causada pela descoberta de um recurso natural possui um viés “negativo”, pois não sucede do processo natural do desenvolvimento econômico.

Adentrando-se especificamente no Brasil, no que se refere à desindustrialização, podem-se destacar três possíveis causas desencadeantes desse processo: o fraco desempenho da indústria em nível global, a integração de países orientais de renda baixa como China e Índia (o que ocasionou um aumento na concorrência das importações, modificando o quadro das vantagens comparativas globais) e por fim, a mudança nos padrões de consumo em que atividades no setor de serviço vêm ganhando peso em relação às industriais. Nesse contexto, segue elucidação de Bonelli, Pessoa e Matos (2013, p. 46):

(...) é preciso reconhecer que o fenômeno da perda de peso da indústria na economia inclui três dimensões inter-relacionadas, nem todas ao alcance das ações do governo. Uma primeira dimensão é de caráter cíclico e tem a ver com o fraco

desempenho da indústria em nível global: só recentemente a indústria mundial superou os níveis de produção pré-crise de 2008. Uma segunda atribui importância da integração da China, da Índia e de outros países orientais de renda baixa à economia mundial, integração essa que mudou o quadro de vantagens comparativas globais com implicações não triviais para o desempenho da indústria em vários países pela concorrência das importações. Uma terceira, estrutural como a anterior, é a tendência secular de perda de peso da indústria no mundo que resulta da mudança nos padrões de consumo que acompanha o processo de crescimento econômico em que as atividades do setor de serviços ganham peso em relação às industriais.

Os autores supracitados destacam que em um tempo considerável da perda de peso da indústria no Brasil, a partir de meados de 1970, o país utilizou vários mecanismos de defesa da produção industrial, o que não impediu que a perda ocorresse. Com efeito, momentos de recessão da atividade econômica parecem ter sido determinantes para as reduções de peso na indústria. Vale ressaltar ainda, segundo os autores, que estudos recentes apontam que as perdas de participação não foram uniformes no tempo.

A partir da década de 1980 houve uma queda brusca dos investimentos públicos, que não foram continuados de forma efetiva pelo setor privado, mesmo depois da estabilização e abertura econômica impulsionadas pelo "Plano Real". A economia do país como um todo sofreu uma queda no investimento em infraestrutura de 3,7% do PIB entre 1980 e 1985 para 1,46% entre 2002 e 2006. (ROZAS, 2010, p.63).

Pastori, Gazzani, Pinotti (2013, p.124), ressaltam que a crise de 2008 provocou uma recessão profunda, entretanto, curta e concentrada no setor industrial. Em reação a este momento econômico, o governo estimulou o crescimento da demanda e, em decorrência deste estímulo, a economia saiu rapidamente da recessão, porém, embora a indústria tenha elevado sua produção, a partir de 2010 não conseguiu mais crescer.

De 2005 até aproximadamente 2011, o Brasil recebeu uma expressiva entrada de capital estrangeiro e um considerável aumento no preço de suas exportações, o que fez com que o brasileiro gastasse muito além do PIB gerado no país. De acordo com estimativas, esse gasto cresceu entre 9 e 10 pontos de percentagem a mais que o PIB em preços constantes. Como consequência natural dessa bonança externa (gerando uma expansão do gasto doméstico), houve uma tendência à desindustrialização no país, tal fato decorreu da queda de participação da indústria de transformação no PIB em preços constantes. (BACHA, p. 98, 2010).

Fato é que a indústria de transformação no Brasil encontra-se estagnada desde 2010, o que vem gerando questionamentos acerca de que o fenômeno de desindustrialização acelerado e precoce vem ocorrendo no país. Isso será aprofundando mais adiante.

2.2.3 as consequências da desindustrialização

Os efeitos que o setor industrial gera na economia explicam a preocupação com os riscos de desindustrialização em um país. Nesse contexto, vale ressaltar que de acordo com Pastori, Gazzani e Pinotti, 2013, p.151, a estagnação da indústria de transformação no Brasil é consequência da forma como o governo reagiu a crise de 2008.

Um dos autores mais proeminentes que tratam da relevância da indústria na economia foi Nicholas Kaldor, que “em contraposição a argumentação neoclássica, desenvolveu nos anos 1970 um conjunto de proposições teóricas para explicar as diferenças na dinâmica de crescimento dos países com ênfase em fatores ligados a demanda agregada”. (LAMONICA e FEIJÓ, 2011, p. 120). Para Kaldor, o nível de demanda agregada dos países seria resultado de diferenças nas estruturas produtivas, tendo a indústria de transformação um papel importante no crescimento econômico.

Dasgupta e Singh (2006, p. 437) dispõem que, ao contrário do conceito neoclássico de “produtividade total dos fatores”, baseado inteiramente no lado da oferta, o modelo de Kaldor (1967) considera tanto o lado da demanda quanto o lado da oferta, visto que as condições de oferta e demanda diferem entre os setores. Dentre as distinções entre agricultura, indústria e serviços, Kaldor sugeriu que, do lado da demanda, a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados era maior do que para a agricultura e similar aos serviços e, do lado da oferta, a indústria teria o maior potencial de crescimento da produtividade, devido à padronização e aos ganhos de escala.

Para Kaldor (1967), a indústria seria o setor líder no crescimento econômico devido aos efeitos de transbordamento do setor industrial sobre a economia, ou seja, os efeitos dinâmicos de escala: o crescimento da taxa de produtividade da economia dependeria da expansão do setor de manufaturas, o qual não somente provoca o aumento da produtividade nesse setor, mas em todos os outros setores. Dessa forma, o crescimento da produtividade da economia como um todo seria dado pela expansão do setor industrial. O autor destaca ainda que os efeitos de aprendizagem do famoso conceito de *learning by doing*, desenvolvido por Arrow (1962), são mais fortes no setor industrial do que no setor de serviços e na agricultura.

A partir das proposições de Kaldor, foram elaboradas leis, conhecidas como “as leis de Kaldor” e consistem nas seguintes proposições (LAMONICA e FEIJÓ, 2011, p. 120):

I) Existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, daí quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto agregado.

II) Há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do produto industrial, sendo a relação de causalidade na direção de quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade.

III) Quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior o crescimento do produto.

IV) O crescimento da economia em longo prazo não é restringido pela oferta, mas sim pela demanda, assim a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o Balanço de Pagamentos.

Lamônica e Feijó (2011) explicam que a primeira lei sugere que a indústria é considerada o “motor” do crescimento por ser o setor mais dinâmico e difusor de inovações (efeitos de transbordamento tecnológico). Assim, as inter-relações da indústria com os demais setores induzem a um aumento na produtividade dentro e fora dela e as mudanças no processo de produção se propagam de modo cumulativo para os outros setores, dados os retornos crescentes de escala presentes na indústria.

A segunda lei, também conhecida como “lei de Kaldor-Verdoorn”, indica a existência de uma relação forte e positiva entre a taxa de crescimento da produtividade da indústria de transformação e o crescimento de produtividade na economia, explicando como os impactos da interação da indústria manufatureira com os demais setores da economia se verificam. A terceira e a quarta lei sugerem que “o crescimento pode ser inibido por restrições externas e, portanto, a sustentabilidade do crescimento depende da capacidade do país manter a competitividade de suas exportações, o que, por sua vez, depende do aumento da produtividade no setor de transformação industrial” (LAMONICA e FEIJÓ, 2011, p. 122).

Oreiro e Feijó (2010) destacam que, sob uma visão heterodoxa *à la* Kaldor, a desindustrialização, especialmente quando precoce tem efeitos negativos sobre o potencial de crescimento dos países, pois a indústria é o vetor de crescimento de longo prazo das economias capitalistas. Nesse contexto, segue disposição dos referidos autores:

Em suma, a indústria é vista como “especial” pelo pensamento heterodoxo, pois ela é a fonte de retornos crescentes de escala (indispensável para a sustentação do crescimento no longo-prazo), é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo. Nesse contexto, a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento (OREIRO E FEIJÓ, 2010, p.224).

Vale ressaltar que a desindustrialização pode acarretar o conhecido “efeito composição”. Ou seja, diminuição da produtividade econômica decorrente do deslocamento

de trabalhadores entre setores com diferentes índices de produtividade de mão de obra. Ou seja, os desempregados do setor industrial se reempregam em setores com menos produtividade em serviços ou na informalidade. Isso pode acarretar perda na produtividade de um país como um todo (SHYMURA, PINHEIRO, p.82, 2013).

Conclui-se que a desindustrialização se trata de um fenômeno causador de um impacto negativo sobre o potencial de crescimento a longo-prazo, visto que inibe a geração de retornos crescentes, reduzindo o ritmo de progresso técnico e aumentando a restrição externa ao crescimento.

Os neoclássicos, por outro lado, não se preocupam com os efeitos que a perda da representatividade da indústria em uma economia pode gerar:

No contexto dos modelos neoclássicos de crescimento a ocorrência ou não do fenômeno da desindustrialização é irrelevante, haja vista o crescimento de longo prazo é consequência apenas da “acumulação de fatores” e do “progresso tecnológico”, sendo independente da composição setorial da produção. Para esses modelos, uma unidade de valor adicionado tem o mesmo significado para o crescimento de longo prazo seja ela gerada na indústria, na agricultura e no setor de serviços (OREIRO E FEIJÓ, 2010, p. 223).

De certa forma, a desindustrialização, quando ocorre como um processo natural do desenvolvimento econômico, não traz graves consequências para a sociedade, em relação ao emprego e ao produto. Os países desenvolvidos que passaram por esse processo, têm um setor industrial diversificado e consistente e ostentam altos níveis de renda *per capita*, o que permitiu que o setor de serviços se tornasse o segmento mais dinâmico da economia, sem interromper o desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, a desindustrialização traz sérias consequências, quando ocorre em uma etapa precoce do desenvolvimento econômico.

Os países em processo de industrialização são os que mais sentem uma eventual redução no valor agregado e no total de empregos gerados. Nesses países, a indústria de transformação ainda não atingiu estágios de produtividade e competitividade compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente e a renda *per capita* da população ainda é baixa.

Dessa forma, a desindustrialização quando não ocorre como um processo natural do desenvolvimento econômico, ou seja, ocorre precocemente, apresenta sérias consequências para o país, visto que a indústria é o “motor” de crescimento econômico e proporciona ganhos de escala maiores do que os outros setores da economia.

No que se refere ao Brasil, este país, com muito esforço, alcançou uma posição de destaque no mapa de indústria global, possuindo um parque diversificado, o que vai desde produtos simples até os aviões da Embraer, passando por amplos segmentos das cadeias de

insumos e de bens de capital. O risco de perder esse ativo preocupa gestores públicos, bem como todos os que acompanham a vida econômica do país.

Nesse ínterim, as consequências da desindustrialização no país é alarmante visto que pode gerar desemprego, bem como um impacto potencial na economia e nos efeitos redistributivos.

2.2.4 desindustrialização precoce e a doença holandesa

Conforme vem sendo demonstrado, quando a desindustrialização ocorre como uma consequência normal do crescimento econômico com pleno emprego de uma economia já muito desenvolvida, possui um aspecto “positivo”, pois é causada por fatores internos relacionados ao próprio desenvolvimento natural do país e não ocasiona graves consequências para a sociedade, já que está associada com ao aumento da renda real e pleno emprego. Entretanto, quando esse processo não decorre de um resultado natural do próprio desenvolvimento econômico do país e sem que tenham sido alcançados um ritmo de produtividade elevado e níveis de renda *per capita* similares aos de economias avançadas, a desindustrialização é “negativa” e caracterizada como precoce.

Palma (2005) reconheceu a existência de uma relação inversa entre o emprego industrial e a renda *per capita*, desenvolvida por Rowthorn (1994), o que demonstra que a desindustrialização pode ocorrer a partir do declínio no emprego industrial, este sendo consequência de países que alcançam certo nível de renda *per capita*, o que, segundo as estimativas de Rowthorn, seria de aproximadamente US\$ 12.000, em dólares internacionais de 1991. No entanto, esse nível de renda *per capita* ocorreria apenas em países desenvolvidos. Quanto aos países em desenvolvimento, a desindustrialização teria começado a um nível de renda *per capita* mais baixo.

Posteriormente outros autores como Bresser-Pereira e Marconi (2008), Marconi e Rocha (2011) concluíram que o processo de desindustrialização dos países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, é um fenômeno precoce, ou seja, que se inicia antes mesmo da industrialização no processo de desenvolvimento atingir uma renda *per capita* elevada.

Cano (2012) destaca que no caso do Brasil, o processo de desindustrialização é precoce e nocivo à economia nacional, pelo fato de que se relaciona com fenômenos negativos como a perda de competitividade das exportações industriais (o que acarreta a reprimarização da pauta exportadora); e o aumento das importações não somente de bens de

capital e de consumo, em especial da China, como também de insumos industriais, o que afeta, de forma negativa, várias cadeias produtivas da indústria brasileira.

Na desindustrialização precoce, o processo de industrialização é abortado antes de dar nascimento a uma economia próspera de serviços capaz de absorver a mão de obra desempregada pela indústria. Como será visto, isso pode ser causado por falhas de mercado como a “doença holandesa”.

2.2.5 o conceito clássico de doença holandesa

O termo “doença holandesa”, também conhecida como “mal holandês”, foi inicialmente empregado por um artigo da revista *The Economist* (1977) e remete à década de 1960, quando foram descobertas reservas de gás natural na Holanda, gerando crescentes exportações dessa commodity para toda a Europa na década de 1970. A maciça entrada de divisas provocou a valorização da moeda local (florim), o que prejudicou a competitividade das exportações dos produtos manufaturados, causando reduções na rentabilidade da indústria. A descoberta desse recurso natural na Holanda também ocasionou um aumento no desemprego, explicado pelo fato da atividade de extração de gás natural ser pouco intensiva em mão de obra, mas sim capital intensivo. A partir daí, o termo “doença holandesa” passou a ser amplamente utilizado e foi generalizado às situações em que a descoberta de recursos naturais em um país o conduz à desindustrialização devido à valorização cambial que as crescentes exportações desses bens primários causam.

Segue explicação de Palma (2005, p. 17-18) acerca desse processo:

[...] a doença holandesa é um processo em que a descoberta de um recurso natural (gás natural, no caso da Holanda) faz com que um país passe de um grupo de referência para outro, isto é, do grupo de países que visam à geração de superávit comercial na indústria, para o grupo que é capaz de gerar um superávit comercial em produtos primários. (...) Quando percebida assim, fica claro que a doença holandesa não é um fenômeno limitado à Holanda, já que ele também ocorreu em outros países industrializados como o Reino Unido, onde houve tanto uma descoberta significativa de recursos naturais (petróleo no Mar do Norte) como um aumento no superávit comercial de exportações de serviços financeiros. No Reino Unido, a melhoria da balança comercial do petróleo entre 1979 e 1984 (de um déficit de £ 2,2 bilhões para um superávit de £ 6,6 bilhões) espelhou na verdade o declínio no superávit comercial industrial (de um superávit de £ 3,6 bilhões para um déficit de £ 6,3 bilhões entre os mesmos anos)

Corden e Neary (1982) desenvolveram o primeiro modelo de doença holandesa, no qual existem três setores: o de produtos não comercializáveis, o de produtos comercializáveis que cresce rapidamente (extração de produtos naturais ou produção de grãos, por exemplo,

nos quais o país possui vantagens comparativas) e o de comercializáveis que cresce mais lentamente (indústria e demais setores da agricultura e extração). O setor que produz recursos naturais (comercializáveis que cresce à frente dos demais) tende a expandir rapidamente suas receitas de exportação, o que leva à apreciação da taxa de câmbio (ambos os fatores contribuem para elevar a renda, incluindo a dos assalariados, e a demanda interna) e, por consequência, ao desestímulo à exportação no setor de manufaturados (comercializáveis que crescem mais lentamente). Uma parcela dos fatores produtivos é deslocada para o setor que produz recursos naturais e para o setor de não comercializáveis (neste caso, devido ao aumento da renda interna) e, ainda que a produção de manufaturados se desloque para o mercado interno, pode ocorrer um processo de desindustrialização em virtude da redução das vendas externas deste último e do aquecimento dos demais setores (BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008, p. 7 e 8).

Dessa forma, a doença holandesa está associada a déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais crescentes nos setores não industriais, naquelas economias que possuem significativas vantagens comparativas na produção de bens primários, levando essa economia a uma reprimarização da pauta de exportações e a sua especialização em bens primários.

Isto ocorre porque uma das características do processo de doença holandesa é a valorização da taxa de câmbio, em termos nominais e reais, em virtude do grande volume exportado de tais bens primários, o que possibilita um equilíbrio em conta corrente intertemporalmente sustentável, mas inviabiliza a exportação de manufaturados produzidos no estado da arte, isto é, de forma eficiente, aptos a concorrer no mercado externo, pois reduz fortemente a rentabilidade dos produtores destes bens, que não dispõem das mesmas vantagens comparativas que as observadas para os produtores de bens primários (BRESSER-PEREIRA, 2008) abundantes na economia. (MARCONI; ROCHA, 2011, p. 8, 9).

Gala (2008) corrobora que a expansão do setor que explora os recursos abundantes na economia causa apreciação cambial por duas vias possíveis: aumento no fluxo de divisas, dado o acréscimo de exportações, e aumento dos bens não comercializáveis, em decorrência do aumento de demanda interna gerada pelos ganhos de renda.

O estudo do autor supracitado contribui com a abordagem de desenvolvimento em que a taxa de câmbio e a moeda competitiva têm sido fatores chaves em estratégias de crescimento bem-sucedidas, existindo uma relação entre níveis reais de taxa de câmbio e taxas de crescimento *per capita*. A partir dos dados contidos nesse estudo pode-se perceber que países com taxa de câmbio relativamente sobrevalorizada tiveram baixas taxas de crescimento de renda *per capita*. De acordo com o estudo, países africanos tiveram sobrevalorização relativa e países asiáticos, desvalorização relativa. Comparando-se América

Latina e Leste Asiático, pode-se observar que nos últimos 30 anos os regimes de comércio e taxa de câmbio são superiores em países asiáticos. Isso ocorreu porque enquanto a América Latina se inclinava para estratégias de industrialização focadas “para dentro”, com uma forte inclinação para apreciações da moeda, os países asiáticos abraçaram uma estratégia de crescimento voltada para as exportações, com taxas de câmbio competitivas.

Os estudos de Gala (2008) demonstraram relações positivas entre moeda competitiva e altas taxas de crescimento econômico no Leste Asiático, já na América Latina e na África, houve experiências negativas com supervalorizações. Dessa forma, com base nas proposições do autor, a ocorrência de “doença holandesa”, acarreta em reduções do crescimento econômico, visto que esse processo está associado a sucessivas apreciações cambiais.

Nesse contexto, a preocupação com a doença holandesa advém do fato de que esse fenômeno pode ser um obstáculo ao desenvolvimento de um país, conforme dispõe Ueno (2010, p.8):

A doença holandesa pode ser uma fonte de crescimento lento crônico por causar prejuízo à competitividade internacional das exportações de bens não ligados ao petróleo (...) a magnitude e duração do ajuste pode causar danos à competitividade, levando a pressões inflacionárias via efeito gasto ou desemprego, a depender do grau de desindustrialização.

Segundo Bresser-Pereira (2010, p.118), a doença holandesa é uma falha de mercado que se origina na existência de recursos naturais ou humanos baratos e abundantes que mantêm a taxa de câmbio apreciada por um tempo indeterminado, o que prejudica a produção de bens de maior valor agregado. Segue definição nas palavras do autor:

A doença holandesa (...) é uma sobreapreciação crônica da taxa de câmbio causada pela abundância de recursos naturais e humanos baratos, compatíveis com uma taxa de câmbio inferior àquela que viabilizaria as demais indústrias de bens comercializáveis. BRESSER PEREIRA (2010, p.118).

O autor dispõe ainda que esse fenômeno existe mesmo se as commodities que dão origem a ela têm alto conteúdo tecnológico, como é o caso da produção de petróleo e de uma agricultura cada vez mais sofisticada tecnologicamente.

Quando ocorre a doença holandesa esse preço é substancialmente menor do que o preço necessário – ou seja, o preço que torna economicamente viável a produção de bens comercializáveis utilizando tecnologia no estado da arte. É, portanto, um preço inferior ao necessário para que a taxa de câmbio de equilíbrio corrente se iguale à taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Na medida em que este custo marginal interno é menor que o “preço necessário” (...) e que a participação desta commodity na pauta de exportações do país é relevante, a taxa de câmbio de mercado (...) converge para um nível compatível com a rentabilidade daquela commodity e não (...) com a competitividade de qualquer setor industrial usando tecnologia no estado da arte. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 127-128).

A doença holandesa, desse modo, se caracteriza como um obstáculo ao crescimento, visto que as atividades de mineração e agrícolas não são capazes de empregar toda a força de trabalho e também porque o país renuncia as oportunidades de investir e inovar em setores potenciais, cujo conteúdo tecnológico é ainda maior e também o valor adicionado per capita.

2.2.6 um novo conceito de doença holandesa

Palma (2004, P. 22) abordou um novo conceito de doença holandesa, este, referente à desindustrialização de alguns países latino-americanos, dentre os quais, o Brasil. Diferente da definição originária, o fenômeno destacado por Palma, não se vincula à descoberta de recursos naturais, mas às políticas liberais adotadas a partir da década de 1990, estas desencadearam a perda relativa e precoce da indústria no PIB e incluíram esses países no grupo de especialização internacional baseado em produtos intensivos em recursos naturais. Explica o autor em referência:

Por fim, essa ‘doença’ também se espalhou para alguns países latino-americanos; mas a questão central neste caso é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de exportação de serviços, mas sim principalmente devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica. Basicamente, ela resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira no contexto de um processo radical de mudança institucional, o que levou a uma acentuada reversão da sua pauta prévia (estatizada) de industrialização por substituição de importações. (PALMA, 2005, p. 20).

O autor destaca que, embora o novo “regime de políticas econômicas” adotado em alguns países da América Latina fosse muito semelhante às políticas adotadas na maioria dos países industrializados na década de 80, estas mudanças atingiram seu nível industrial mais drasticamente, caindo para um nível “Ricardiano rico em recursos”. A razão para esse fracasso estaria nas próprias diferenças entre a América Latina e a Europa Continental, pois os países latino-americanos não possuíam um setor industrial consolidado, enquanto os países europeus que já haviam atingido uma industrialização mais madura e autossustentável.

Assim, Palma (2005, p.19) introduziu um conceito mais completo de doença holandesa, pois a contextualiza com questões de gestão macroeconômica, além de identificar novas causas.

Nesse contexto, os países latino-americanos (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) possuem outros motivos que aqueles observados nos países desenvolvidos. Segue explicação do autor em referência (2005, p. 22):

Novamente, os motivos são diferentes. No caso da Holanda, isto ocorreu devido aos efeitos da descoberta de recursos naturais em uma economia industrial ‘madura’, enquanto que nos quatro países latino-americanos, isto foi gerado pela já mencionada acentuada reversão das políticas de ISI. O fim das políticas industriais e

comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição Ricardiana ‘natural’, isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos.

Conforme já abordado no decorrer da presente pesquisa, os países que passam por uma desindustrialização sem terem atingido níveis de renda per capita justificáveis para esse processo não atingem um estágio de “maturidade” do seu crescimento econômico e a desindustrialização assume um caráter negativo. Já em alguns países desenvolvidos, a desindustrialização assumiu um caráter positivo (com um nível de renda per capita relativamente alto).

Nesse ínterim, Oreiro e Feijó (2010) destacam que a desindustrialização provocada pela doença holandesa é caracterizada como precoce, pelo fato de que se inicia sem ter atingido o “ponto de maturidade”, ou seja, sem ter exaurido todas as possibilidades de desenvolvimento econômico no setor industrial, o que pode resultar em perdas significativas para o crescimento do país como um todo.

Face todo o exposto, resta claro que a doença holandesa pode ser causada por outros fatores que não a riqueza em recursos naturais.

3 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA É PRECOCE?

De acordo com Bonelli, Pessoa e Matos (2013, p.53), sendo a desindustrialização a perda sistemática de peso da indústria na economia quando medida a preços constantes, esse processo teve início no Brasil em meados de 1970.

Os autores destacam ainda que a forma mais correta de avaliar a existência da desindustrialização é pela medição a preços constantes e que por essa métrica, a perda de peso da indústria no PIB continua a ocorrer em nossos dias.

Nesse contexto, Feijó, Carvalho e Almeida (2005, p.1) salientam que: “o peso da indústria de transformação cai de 32,1% do PIB em 1986 para 19,7% do PIB em 1998, queda de 12 pontos percentuais, muito alta sob qualquer critério de avaliação”.

Vale ressaltar que no país há uma preocupação com a velocidade do processo de retração relativa do setor industrial, conforme destacam Shymura e Pinheiro (p.82, 2013):

Recentemente, a estagnação manufatureira ganhou contornos mais graves, acompanhados por uma trajetória da atividade bastante ruim. O cenário de superoferta internacional de bens industriais, em função da baixa demanda dos países ricos e da superprodução asiática intensificou-se. Além disso, o nível historicamente valorizado do real se soma à alta salarial derivada do mercado de trabalho aquecido para compor um custo unitário do trabalho que drena a competitividade da indústria.

No que se refere ao questionamento acerca de uma possível “desindustrialização precoce”, Shymura e Pinheiro (p.81, 2013) explicam que ainda não se pode afirmar que o Brasil passa por um processo de desindustrialização acelerado, mas a evolução da produção industrial desde 2010, gerando mudanças bruscas na economia, vem chamando atenção para essa questão.

Em consonância com os autores supracitados, Nassif (2008, p.89) também dispõe que ainda não se pode falar de um processo de desindustrialização no Brasil:

Não se pode falar que o Brasil tenha passado por um processo de desindustrialização porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na realocação de recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e sciencebased para as indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho.

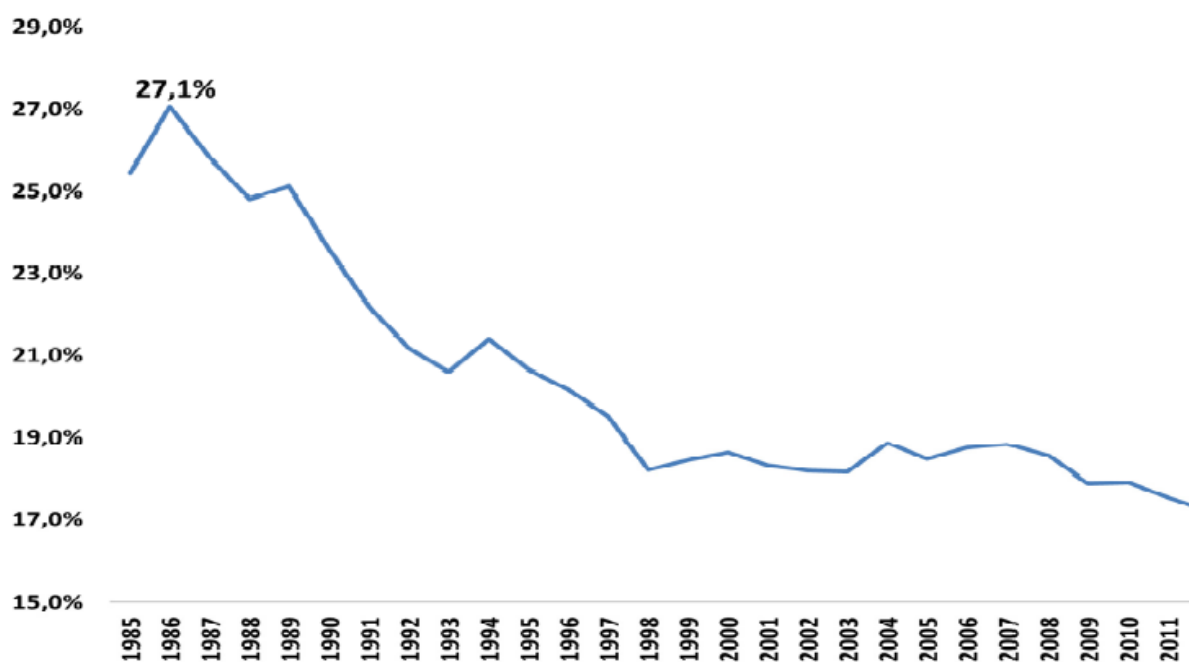
Já Bresser (2010, p. 185) critica o fato de alguns economistas não reconhecerem que o Brasil se encontra passando por um processo de desindustrialização:

No final dos anos 1940, a indústria representava 20% do PIB brasileiro, em 1985 chegou a 36%, em 2008 havia baixado para 16%! Não obstante, ainda existem economistas que negam que o país venha sofrendo desindustrialização Argumentam que a desindustrialização não seria apenas brasileira, mas de todos os países. Com o desenvolvimento econômico, a participação dos serviços sofisticados aumenta, e, em consequência, a participação da indústria de transformação cai. Em 1970, a participação da indústria no PIB mundial era de 25%, em 2007 havia caído para 17%. Mas isto acontece aos países ricos que, a partir de certo ponto, passam a deslocar sua mão de obra da indústria para setores de serviços com valor adicionado per capita maior. Não é o caso do Brasil. Nossa desindustrialização é para produzir mais commodities. O Brasil está se desindustrializando desde 1992. Foi em dezembro do ano anterior, no quadro de acordo com o FMI, que o Brasil fez a abertura financeira e, assim, perdeu a possibilidade de neutralizar a tendência estrutural à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio.

Corroborando com o referido autor, e a partir do que foi exposto nos capítulos anteriores, é possível afirmar que existem evidências da ocorrência de um processo de desindustrialização da economia brasileira nos últimos anos, visto que os dados demonstraram uma perda de participação do emprego e do valor adicionado industrial no emprego total e no PIB, respectivamente.

Nesse contexto, conforme se pode observar do resultado apresentado no gráfico subsequente, é inegável a ocorrência de um acelerado processo de desindustrialização no Brasil:

Gráfico 1– Evolução da Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro (1985-2011)



Fonte: RAIS – MTE Elaboração: DEPECON/FIESP, 2014.

Ainda de acordo com Bresser (2010, p.185), o Brasil está em processo de desindustrialização desde 1992. Nesse ínterim, é importante ressaltar que em dezembro do ano anterior, no quadro de acordo com o FMI, o país fez a abertura financeira e perdeu a possibilidade de neutralizar a tendência estrutural à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio. Como consequência disso, a moeda nacional foi apreciada, as oportunidades de investimentos lucrativos voltados para a exportação diminuíram, a poupança caiu, o mercado interno foi inundado por bens importados, e, assim, muitas empresas nacionais competentes estagnaram em crescimento, ou mesmo quebraram. Teve início, desse modo, a desindustrialização prematura da economia brasileira.

Além de criticar a posição de economistas que não reconhecem a existência do processo de desindutrizalização, Bresser (2010, p. 185) assevera que propor juros altos, déficit alto em conta corrente, déficit público compatível com o déficit em conta corrente e câmbio apreciado, caracteriza irresponsabilidade fiscal:

Se a desindustrialização é evidente, por que economistas brasileiros insistem em procurar argumentos para negá-la? Porque são ortodoxos, porque pensam de acordo com o Consenso de Washington, e, por isso, apoiam a política macroeconômica instaurada desde 1992. Não obstante critiquem o déficit público (como também eu critico), propõem juros altos (para combater a inflação e atrair capitais), deficit altos em conta-corrente (para “crescer com poupança externa”), deficit público compatível com o deficit em contacorrente, e câmbio apreciado. Em outras palavras, em nome da ortodoxia, defendem irresponsabilidade cambial, e, não obstante a retórica, a irresponsabilidade fiscal (considerada a hipótese dos déficits gêmeos). E condenam o país a taxas de poupança e investimento baixas. Quando a ortodoxia percebe que a taxa resultante do mercado é sobreapreciada, defende-se afirmando que administrar a taxa de câmbio é “impossível”. Não é o que mostra a história.

3.1 AVALIANDO A EXISTÊNCIA DA DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL

A taxa de juros e a oferta de commodities têm sido os primeiros pontos relacionados ao processo de desindustrialização no Brasil. O país sempre possuiu vantagens comparativas na produção de *commodities*, pois goza de uma abundância de recursos naturais. Dessa forma, a economia brasileira sempre esteve propícia a ser afetada pela doença holandesa, visto que esta é uma falha de mercado decorrente de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui.

Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2008, p. 9), “até o início da década de 90, esta falha de mercado foi neutralizada pela política de controles tarifários, alfandegários e cambiais, que taxava a receita de exportações de commodities primárias e desestimulava a importação de produtos manufaturados, resultando no incentivo à sua produção interna”.

Entretanto, com o fim desses mecanismos e com a adoção de políticas macroeconômicas de abertura comercial e financeira, aliadas às altas taxas de juros e taxa de câmbio flexível, o país deixou de neutralizar a doença holandesa.

Como visto, alguns autores defendem a tese de que o Brasil estaria sofrendo um processo de desindustrialização causado pela expansão dos setores que se utilizam das rendas “ricardianas”, ou seja, setores ricos em recursos naturais, e não pelo curso natural de desenvolvimento, sendo, portanto, um sério problema para a dinâmica da economia. A expansão desses setores teria provocado uma taxa de câmbio apreciada e não competitiva para os setores de maior valor agregado, como a indústria de transformação.

Bresser-Pereira (2008) é um desses autores e argumenta que ocorre uma desindustrialização prematura na economia brasileira, sendo perceptível uma transferência de mão de obra para os setores agrícolas, mineradores, agroindustriais e industriais de baixo valor adicionado *per capita* e baixo conteúdo tecnológico, o que afetaria a dinâmica de crescimento do país, por não estarem sendo aproveitados os efeitos de “transbordamentos” da produção industrial em setores mais intensivos em tecnologia.

Palma (2005, p.19) também é favorável à tese de que o Brasil teria sido contagiado pela “nova doença holandesa”, devido às políticas macroeconômicas de abertura comercial e financeira adotadas na década de 1990, que tiveram forte peso na perda de competitividade da indústria. O autor destaca que a taxa de câmbio real baixa (ou seja, a moeda brasileira fortemente apreciada em relação ao dólar em termos reais) teria modificado o padrão de especialização internacional, com maior concentração na pauta de exportações de produtos primários e industrializados intensivos em recursos naturais.

Ainda, conforme o autor em referência, as novas políticas econômicas teriam ocasionado não apenas perda relativa e precoce de participação da indústria no PIB, como principalmente o retorno a um padrão de especialização internacional baseado em produtos intensivos em recursos naturais. Nas palavras de Palma (2005), essa nova "doença holandesa" teria enquadrado o Brasil no grupo de países com padrão de especialização " ricardiano rico em recursos" .

Bresser-Pereira e Marconi (2008) também afirmam que existem indicações de que o processo de desindustrialização brasileiro é causado pela doença holandesa e que a taxa de câmbio sobrevalorizada afeta negativamente as exportações de manufaturados e induz a um processo de substituição de produção doméstica por importações. Os autores apresentam evidências para a constatação dessa proposição, relacionando os seguintes fatores como sintomas da “nova” doença holandesa na economia brasileira:

a) a existência de uma apreciação da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações (mais intenso para as *commodities* do que para os manufaturados);

b) um crescimento maior dos preços e *quantum* das exportações de *commodities* que os dos manufaturados;

c) uma evolução positiva na balança comercial das *commodities*, ou produtos que geram a doença holandesa, contra uma retração na dos manufaturados, ou produtos que sofrem a doença holandesa;

d) uma evolução na balança comercial de *commodities* de forma desassociada da taxa de câmbio, evidenciando que outros fatores influem no comportamento das vendas e compras externas destes produtos, enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados é fortemente vinculada à da taxa de câmbio, indicando que este setor depende de tal taxa para apresentar resultados positivos no comércio externo;

e) um aumento da participação das *commodities* no valor adicionado total e

f) o fato do setor de alta tecnologia da indústria brasileira ter avançado menos que a indústria em geral.

A análise comparativa feita até aqui permite concluir que o processo de desindustrialização que atingiu o Brasil possui um aspecto “negativo”, visto que o país ainda não alcançou níveis de renda *per capita* similares aos de economias avançadas nem um ritmo de produtividade elevado, o que pode ser um forte entrave ao desenvolvimento econômico do país, dada a relevância do setor industrial para se alcançar um “estágio de maturidade”.

De acordo com Bresser Pereira (2010, p. 186) , quando a ortodoxia percebe que a taxa resultante do mercado é sobreapreciada, defende-se afirmando que administrar a taxa de

câmbio é “impossível” e não é. O referido autor propõe ações no intuito de reverter o quadro de desindustrialização precoce e ajudar o país a crescer:

Para administrá-la é necessário (1) impor imposto na exportação de bens que dão origem à doença holandesa; (2) usar os recursos fiscais decorrentes para zerar o deficit público; (3) baixar a taxa de juros real para o nível internacional; e (4) estabelecer barreiras às entradas de capitais não desejados. Neste quadro, a renda dos exportadores de bens primários será mantida porque o imposto poderá e deverá ser compensado centavo por centavo pela desvalorização. O Brasil já praticou essa política no passado. Outros países a estão aplicando no presente. Se a adotarmos, o Brasil poderá voltar a ter taxas de crescimento pelo menos duas vezes maiores do que aquelas que prevaleceram desde 1992.

Complementando o que vem sendo exposto a fim de enfatizar a necessidade de administrar a taxa de câmbio, vale destacar que Pereira (2011, p.70) enfatiza que a atual taxa de câmbio dificulta o sucesso que qualquer política industrial que venha a ser implementada. Ora, o desenvolvimento econômico de um país só é viável se o mesmo possuir uma taxa de câmbio competitiva que impulse as importações e os investimentos.

Ademais, é importante destacar que há esperança na luta contra o processo de desindustrialização, tendo-se como exemplo alguns países (China, Índia e Turquia), que embora abundantes em recursos naturais e mão de obra, conseguiram neutralizar a doença holandesa e desenvolver a indústria manufatureira (PALMA, 2005, p. 22).

Nesse contexto, Belluzzo (2012) ressalta a necessidade de investimentos que conduzam a uma “reindustrialização” do Brasil:

Mais do que uma política industrial, concebida em termos restritos, o Brasil reclama um arranjo macroeconômico que promova a reindustrialização. Esse arranjo deve estar apoiado no potencial de seu mercado interno, nas vantagens competitivas do agronegócio e da mineração – agora acrescidas das perspectivas do pré-sal – e na liderança e eficiência de seu sistema público de financiamento. A articulação entre investimento em infraestrutura e defesa da indústria doméstica, em sua mútua fecundação, gera estímulos aos serviços complementares e ao agronegócio, ou seja, efeitos de encadeamento para trás e para frente.

Face todo o exposto, se faz imperiosa a necessidade de mudança no cenário brasileiro atual, no qual a taxa de câmbio se encontra sobrevalorizada e as taxas de juros elevadas, visando aumentar a participação dos setores com maior conteúdo tecnológico no valor adicionado da indústria, visto que, conforme dispõem Bresser-Pereira e Marconi (2008, p. 18): “pois estes são os que reúnem melhores condições para gerar encadeamentos produtivos, rendimentos de escala crescentes e externalidades positivas para os demais setores da economia e possibilitar um movimento consistente de crescimento da renda *per capita* do país”.

Por fim, vale salientar que de acordo com Pasori, Gazzanto e Pinotti (2013, p. 153), a partir de 2010, os erros da política econômica, mais do que a valorização cambial, estão por trás da estagnação do setor industrial brasileiro.

4 CONCLUSÕES

O presente trabalho monográfico teve por objetivo realizar um levantamento bibliográfico acerca da discussão em torno de um possível processo de desindustrialização no Brasil.

Como visto, a indústria brasileira apresentou um fraco desempenho no período pós-crise de 2008, o que provocou a retomada de debates em torno da necessidade de um plano de política industrial. Nesse ínterim, e em face das suas características, o investimento em infraestrutura parece ser uma alternativa conciliadora e eficiente no intuito de devolver a competitividade a este setor.

Alguns estudiosos afirmam que o Brasil sofreu o processo de desindustrialização negativa decorrente do contágio precoce de uma "nova doença holandesa", o que acarreta o retorno a um padrão de especialização produtiva e exportadora baseado em produtos intensivos em recursos naturais. Outros economistas divergem desse fato, defendendo que ainda é cedo para se chegar a essa conclusão.

No que se refere ao conceito de desindustrialização, em suma, este fenômeno pode ser definido como a perda sistemática de influência da indústria na economia quando medidas a preços constantes.

Com base na discussão teórico-conceitual apresentada, o termo “desindustrialização” foi inicialmente associado a um processo natural de desenvolvimento, visto que na medida em que uma economia avança os estágios de seu desenvolvimento, alcançando altos níveis de renda *per capita*, ocorrem mudanças estruturais a favor do setor de serviços. Neste momento, ocorre uma desaceleração no crescimento da demanda por bens industriais, o que ocasiona uma redução na mão de obra empregada nos setores manufatureiros, e uma aceleração na demanda por serviços, sendo observada uma absorção de trabalhadores. Este processo é acompanhado por um aumento da participação do setor terciário no PIB e no emprego, enquanto ocorre o oposto com o setor manufatureiro.

Entretanto, o processo de desindustrialização no Brasil não está associado a esse processo natural de desenvolvimento. As transformações pelas quais o sistema produtivo brasileiro passou nas duas últimas décadas, evidenciam que o setor industrial vem perdendo

representatividade e cedendo espaço para os setores voltados à produção de produtos básicos, baseados em recursos naturais e para os setores industriais de baixa intensidade tecnológica. Alguns setores industriais estão praticamente desaparecendo, principalmente os setores intensivos em tecnologia, em decorrência da dificuldade de competir com os produtos importados similares, principalmente devido ao câmbio sobrevalorizado.

Conforme se pôde elucidar acerca do conteúdo exposto na presente pesquisa, no cenário interno, a perda de participação da indústria no PIB e no emprego sugere um processo de desindustrialização em curso no país, conforme descrevem os conceitos amplamente reconhecidos de Rowthorn e Ramaswamy (1999) e Tregenna (2009). No entanto, a análise descritiva com base nesses conceitos não diferencia o processo de desindustrialização no caso brasileiro do caso natural das economias desenvolvidas, pois estas também apresentaram perda na participação industrial no PIB e no emprego ao se desindustrializarem.

Ainda, de acordo com o evidenciado na presente pesquisa há uma diferença do processo de desindustrialização no Brasil, quando se tem por base os países desenvolvidos. A análise descritiva evidencia que a desindustrialização brasileira é negativa, ou precoce, pois a indústria perdeu importância e participação no PIB sem o País ter alcançado níveis de renda *per capita* que justificassem esse processo. A indústria nacional perdeu espaço para setores de baixa produtividade e baixo dinamismo tecnológico.

A tese apresentada nesse trabalho dá consistência à tese de que a desindustrialização na economia brasileira seria causada por uma nova “doença holandesa”, visto que o país não passou por um processo desencadeado pela descoberta de recursos naturais (como no caso clássico que afetou a Holanda nos anos 1970) ou mesmo pelo desenvolvimento e *boom* exportador do setor de serviços, mas foi consequência da drástica mudança do velho regime de substituição de importações por outro que, a partir da década de 1990, combinou liberalização comercial e financeira com profundas mudanças institucionais.

Alguns fatos apresentados dão veracidade à existência de sintomas dessa “doença” no país: a forte tendência de sobrevalorização cambial, iniciada por volta de 2003, está associada ao aumento das exportações de produtos básicos, resultante da alta dos preços das commodities no mercado internacional, no mesmo período; de 1995 a 2011 observou-se que os preços e *quantum* das exportações de commodities cresceram mais que os dos manufaturados; de 2003 a 2011 percebeu-se uma contínua redução nos saldos da balança comercial da indústria de alta e média-alta tecnologia, concomitante com o aumento dos saldos comerciais dos setores básicos e de baixa tecnologia e constatou-se, também, uma

redução da participação do Valor Adicionado dos setores industriais intensivos em tecnologia na composição do Valor Adicionado industrial.

Dessa forma, o processo de desindustrialização que se desencadeou no Brasil representa um sério obstáculo ao crescimento econômico do País, pois, conforme explanado ao longo da presente pesquisa, a indústria representa um “motor” de crescimento de longo prazo para as economias. O desenvolvimento industrial, principalmente da indústria de alta tecnologia, representa uma das principais causas para a elevação do Produto Interno Bruto, pois além de criar emprego e, por consequência, gerar renda para a população, ainda melhora os saldos da balança comercial brasileira, pois o País se tornaria menos dependente da importação de produtos manufaturados.

No momento, é fundamental uma mudança no cenário brasileiro atual, visto que o desenvolvimento econômico de um país só é viável se o mesmo possuir uma taxa de câmbio competitiva que impulse as importações e os investimentos.

Portanto, para reverter o quadro da indústria brasileira e ampliar a participação do País no comércio internacional, é importante que se invista em estratégias macroeconômicas, no intuito de diversificar as exportações brasileiras, com inovações a fim de ampliar a competitividade, elevar a participação nacional nos mercados de tecnologias, aumentar a participação do valor de transformação industrial no valor bruto da produção, além de ampliar o valor agregado nacional.

Nessa conjuntura, o objetivo do presente trabalho é figurar como mais uma fonte de pesquisa da debatida ocorrência (ou não) do processo de desindustrialização do Brasil.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil, **Radiografia do Comércio Exterior Brasileiro: Passado, Presente e Futuro**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br>>. Acesso em 2 de jun. 2014.

ALDERSON, Arthur S. Explaining Deindustrialization: Globalization, Failure, or Success? *American Sociological Review*, v. 64, n. 5, p. 701-721, outubro/1999.

ARROW, K.J. The Economic Implications of Learning by Doing, **Review of Economic Studies**, 29, 3: 155-173, 1962.

BANCO MUNDIAL. **World Data Bank**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 13 jul. 2014

BACHA, E. L.; BONELLI, R. **Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil**. *Revista de Economia Política*. v. 25, n. 3, p. 163-189, 2005.

BACHA, E.L. **Além da tríade: há como reduzir os juros?** Rio de Janeiro: IEPE, 2010.

BONELLI, R. **Industrialização e Desenvolvimento (Notas e Conjecturas com Foco na Experiência do Brasil)**. Texto preparado para o Seminário “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento”, patrocinado pela FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo IEDI — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. São Paulo, SP, 2005.

BONELLI, R.; PESSOA, S. A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. Texto para discussão nº 7. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Brasil vive desindustrialização. **Folha de São Paulo**, 2010. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em: 27 jun. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**. Vol. 28, N.1 (109), pp. 47-71, Jan./Mar. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). **Crise Global e o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, cap. 7, p. 215-243

BONELLI, R. Da Indústria Nascente à Indústria Sobrevivente. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, v.92, 2007.

BONELLI, R.; PESSOA, S.A. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Rio de Janeiro: IBRE, 2010.

BONELLI, R.; PINHERO, A.C. **Competitividade e desempenho industrial**: mais que só o câmbio.

BONELLI, R.; PESSÔA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E.; BOLLE, M. (eds). **O Futuro da Indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAGED. Cadastro Geral de Emprego e Desemprego. Disponível em <www.mte.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2014

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: editora UNESP, 2004.

CLARK, C. **The Conditions of Economic Progress**. London: Macmillan, 1957.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Campinas: IE; UNICAMP, 2012 (Texto para Discussão, n. 200)

CORDEN, W. M; NEARY P. “Booming sector and de-industrialisation in a small open economy”. **Economic Journal**, v. 92, n. 368, 1982.

COUTINHO, L. **O desempenho da indústria sob o Real**. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: IE - Unicamp, 1998.

DASGUPTA, S; SINGH, A. **Manufacturing, Services and Premature De-industrialization in Developing Countries: A Kaldorian Analysis**, 2006. In: Advancing Development: Core Themes in Global Economics (ed. G. Mavrotas e A. Shorrocks), 2007, cap 23, pp. 435-456.

DAVILA-FERNANDEZ, MARWIL JHONATAN. Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo , v. 35, n. 3, p. 576-600, Sept. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572015000300576&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de fev. 2016.

DEPECON – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. **Panorama da indústria de transformação brasileira**. 3ª edição, março 2014. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira>>. Acesso em: 15 de mar. 2014.

FEIJÓ, C. A; CARVALHO, P. G; ALMEIDA, J. S. G. **Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil?** São Paulo: IEDI, nov. 2005, Mimeo.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. **Funcex Data**. Disponível em: <<http://www.funcexdata.com.br/>>. Acesso: 25 fev. 2014.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database**, 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/index.aspx>>. Acesso: 12 ago. 2014.

GALA, P. Real exchange rate levels and economic development: theoretical analysis and econometric evidence, **Cambridge Journal of Economics**, 32: 273-288, 2008.

GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE (GGDC). **GGDC, 10-sector database**, June 2007, Disponível em <http://www.ggdc.net>. Acesso: 23 abr. de 2014.

HERMANN, J. Auge e declínio de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. IN: GIAMBIAGI, F; VILELLA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HIRSCHAMAN, A.O. **Estratégia de Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IEDI. **A Indústria, o Desenvolvimento e a Nova Política Industrial**. Carta IEDI n.446, Dezembro, 2010.

IBGE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE. Disponível em: <www.cnae.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de dez. 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: análise das contas nacionais. Brasília: Ipea, 3 fev. 2012. (Comunicado da Presidência, n. 133).

IPEADATA, Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

Gala, Paulo (2006) – Política cambial e macroeconomia do desenvolvimento, Tese de doutorado apresentada à Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Gala, P. Mori, R. (2009), Sobre os impactos do nível do câmbio real na formação bruta de capital fixo, no produto potencial e no crescimento, *in* '**Crescimento econômico: setor externo e inflação**', Rio de Janeiro: IPEA.

KALDOR, N. **Strategic Factors in Economic Development**, New York State School of Industrial and Labor Relations, Cornell University: Ithaca NY, 83 p., 1967.
Krugman, P. Obstfeld, M. (2001), **Economia Internacional: teoria e política**, São Paulo: Pearson Education do Brasil.

LAMONICA, M. T; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação a luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, Vol. 31, n.1 (121), pp. 118-138 janeiro-março/2011.

LARA, F. M. Desindustrialização, aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 201, 2011.

MADDISON, A. **The world economy**. Historical Statistics, v. 2, Paris: OECD, 2006.

MARCONI, N.; ROCHA, M. **Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio**, Texto para discussão (IPEA); 1681, Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

MARINHO, Emerson; BITTENCOURT, Almir. Produtividade e crescimento econômico na América Latina: a abordagem da fronteira de produção estocástica. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 5-33, Mar. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio 2016.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. 2 ed. São Paulo: abril, 1985.

MARQUETTI, A. A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, v. 32, n. 1, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso: 23 jun. 2014.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da doença holandesa**. Documento de Pesquisa. Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, São Paulo, Março de 2006.

Nakabashi, L. (2008), '**Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira**', Revista de Economia Contemporânea.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, vol. 28, n.1, p. 72-96, Jan./Mar., 2008.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. **Structural Change and Economic Development: Is Brazil catching up or falling behind?** V Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), Agosto, 2012. Disponível em: <<http://www.akb.org.br>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

O futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate/ Edmar Bacha e Monica Baugartem de Bolle. (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OREIRO, José Luis ; FEIJÓ, Carmem A.. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2010, vol.30, n.2, pp.219-232. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572010000200003&lng=en&nrm=iso>.ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>. Acesso em 09 de abr. 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, Vol. 30, n. 2, Abr./Jun. 2010.

PALMA, G. **Quatro fontes de “Desindustrialização” e um novo conceito de “Doença holandesa”**. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. FIESP e IEDI: São Paulo, Agosto, 2005. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br>. Acesso em: 06 de mar. 2014.

Palma, J. G. (2005), **Four sources of deindustrialization and a new concept of the dutch disease**, in 'Beyond reforms', Stanford University Press, Palo Alto (CA).

PASTORE, A.C.; GAZZANO, M.; PINOTTI, M.C. **Por que a produção industrial não cresce desde 2010?** São Paulo: A.C. Pastore & Associados, 2010.

PEREIRA, L. C. B. **Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização**. In: Cadernos FGV Projetos, 5 (14) 2010.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

PINSKY (org). **O BRASIL NO CONTEXTO 1987-2007**. Editora Contexto. 2001.

RESERVE BANK OF AUSTRALIA, Disponível em: <<http://www.rba.gov.au/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Revista de Economia Política, vol. 35, nº 4 (141), pp. 859-877, outubro-dezembro/2015.

ROSTOW, W. W. **A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado**, 1956, In: A economia do subdesenvolvimento, Agarwala e Singh, 2010, p. 159-193.

ROWTHORN, R. **Korea at the cross-roads**, Working Paper, No. 11, ESRC Centre for Business Research, Cambridge University, 1994.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Deindustrialization: Causes and Implications. **IMF Working Paper** 97/42. Washington, D. C: IMF, 1997.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade, and deindustrialization, **IMF Staff Papers**, Vol. 46, N. 1, 1999.

ROWTHORN, R; WELLS J. **De-Industrialization and Foreign Trade**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1987.

Rozas, P. (2010). **Problemas y desafíos en el financiamiento de la infraestructura en América Latina**. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, nº101, agosto.

SARQUIS, J. B. S. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**, ed. FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 248 p.

SONAGLIO, Cláudia Maria et al . Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 4, p. 347-372, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502010000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de maio 2016.

SICSÚ, J; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que Novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SQUEFF, G. C. **Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Rio de Janeiro, RJ, 3 a 5 de agosto de 2011.

THE CONFERENCE BOARD, **Total Economy Database**. Disponível em: <<http://www.conference-board.org/data/economydatabase/>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

The Dutch disease. **The Economist**, 26 November, 82-83, 1977.

THIRLWALL, A.P. A plainman's guide to Kaldor's laws, **Journal of Post Keynesian Economics**, 5 (3), 1983.

Thorstensen, V. (2011), **A defesa comercial dos BICs (Brasil, Índia e China): Algumas lições para a política brasileira**, IPEA: Texto para Discussão 1635, Brasília, julho de 2011.

TORRES, RICARDO LOBATO; CAVALIERI, HENRIQUE. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 859-877, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572015000400859&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2016.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, Vol 33, p. 433-466, 2009.